

Conta esta situação desde 1 de Junho de 2005.
Transita para o ARQC desde a mesma data.

1 de Junho de 2005. — Por delegação do Comandante de Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director, *Victor Manuel Lourenço Morato*, MGEN/PILAV.

Despacho n.º 17 119/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o militar em seguida mencionado passe à situação de reforma, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 159.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto:

Quadro de sargentos AMA:

1SARG AMA RES-QPfe 025104-G, Fernando Manuel Ribeiro de Sousa, CRMOb.

Conta esta situação desde 1 de Junho de 2005.
Transita para o ARQC desde a mesma data.

1 de Junho de 2005. — Por delegação do Comandante de Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director, *Victor Manuel Lourenço Morato*, MGEN/PILAV.

Despacho n.º 17 120/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o militar em seguida mencionado passe à situação de reforma, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 159.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto:

Quadro de sargentos MARME:

SAJ MARME RES-QPfe 013369-J, Carlos Pereira e Silva, CRMOb.

Conta esta situação desde 5 de Junho de 2005.
Transita para o ARQC desde a mesma data.

6 de Junho de 2005. — Por delegação do Comandante de Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director, *Victor Manuel Lourenço Morato*, MGEN/PILAV.

Despacho n.º 17 121/2005 (2.ª série). — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o militar em seguida mencionado passe à situação de reforma, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 159.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto:

Quadro de sargentos MELIAV:

SCH MELIAV RES-QPfe 014007-E, Carlos Manuel Gonçalves Mendonça, CRMOb.

Conta esta situação desde 12 de Junho de 2005.
Transita para o ARQC desde a mesma data.

14 de Junho de 2005. — Por delegação do Comandante de Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director, *Victor Manuel Lourenço Morato*, MGEN/PILAV.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho n.º 17 122/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro e do artigo 36.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, e ao abrigo do despacho n.º 13 837/2005 (2.ª série), de 3 de Junho, da directora-geral da Administração da Justiça:

1 — Subdelego no licenciado Joaquim Alexandre Dias Pereira Delgado, director dos serviços de Planeamento, Organização e Modernização desta Direcção-Geral, a competência para a prática dos seguintes actos:

- Autorizar deslocações em serviço, qualquer que seja o meio de transporte;
- Praticar, quanto aos bens de informática dos tribunais, todos os actos referentes à disponibilização, destruição, remoção, alienação e abate ao inventário.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura, considerando-se ratificados todos os actos praticados deste 23 de Maio de 2005.

14 de Julho de 2005. — O Subdirector-Geral, *Bruno Sá*.

Despacho (extracto) n.º 17 123/2005 (2.ª série). — Por despachos do subdirector-geral de 11 de Julho de 2005, no uso da delegação de competências conferida pela directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 24 de Junho de 2005):

Anabela Lourenço Ferreira da Graça, escritvã-adjunta (escalão 3, índice 410) da 9.ª Vara Criminal de Lisboa autorizado o exercício de funções, em regime de substituição, como escritvã de direito (escalão 1, índice 510) da mesma Vara, no período de 21 de Dezembro a 31 de Dezembro de 2004.

Ana Isabel de Almeida Pinto Duarte, escritvã-adjunta (escalão 4, índice 450) do Tribunal da Comarca de Faro — autorizado o exercício de funções, em regime de substituição, como escritvã de direito (escalão 1, índice 510) do mesmo Tribunal, no período de 19 de Dezembro a 31 de Dezembro de 2004.

Ângela Maria de Lemos Revez, escritvã-adjunta (escalão 3, índice 410, até 30 de Novembro de 2004, e escalão 4, índice 450, a partir de 1 de Dezembro de 2004) do Tribunal de Comarca de Portimão — autorizado o exercício de funções, em regime de substituição, como escritvã de direito (escalão 1, índice 510) do mesmo Tribunal, no período de 30 de Setembro a 31 de Dezembro de 2004.

Delfim Pinto Parente, escrivão-adjunto (escalão 2, índice 395) do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada — autorizado o exercício de funções, em regime de substituição, como escrivão de direito (escalão 1, índice 510) do mesmo Tribunal, no período de 22 de Dezembro a 31 de Dezembro de 2004.

Deolinda Maria Teixeira Barbosa Casal Santos, técnica de justiça-adjunta (escalão 6, índice 500) dos Serviços do Ministério Público dos Juízos Criminais, Tribunal de Instrução Criminal e Departamento de Investigação e Acção Penal do Porto — autorizado o exercício de funções, em regime de substituição, como técnica de justiça principal (escalão 1, índice 510) dos mesmos Serviços, no período de 2 de Abril de 2002 a 31 de Dezembro de 2004.

Francisco Manuel da Fonseca Monteiro, escrivão de direito (escalão 4, índice 600) do 7.º Juízo Cível de Lisboa — autorizado o exercício de funções, em regime de substituição, como secretário de justiça (escalão 1, índice 630) dos 7.º e 8.º Juízos Cíveis de Lisboa, no período de 1 de Novembro a 31 de Dezembro de 2004.

Isolina Domingues Cardoso da Costa, escritvã-adjunta (escalão 6, índice 500) do 2.º Juízo Criminal do Porto — autorizado o exercício de funções, em regime de substituição, como escritvã de direito (escalão 1, índice 510) do mesmo Juízo, no período de 4 de Abril a 31 de Dezembro de 2004.

Maria Alcina Ferreira André Loução, escritvã-adjunta (escalão 4, índice 450) do Tribunal da Comarca da Guarda — autorizado o exercício de funções, em regime de substituição, como escritvã de direito (escalão 1, índice 510) do mesmo Tribunal, no período de 16 de Setembro a 31 de Dezembro de 2004.

Maria João Dias Carvalho Ganiha, escritvã-adjunta (escalão 4, índice 450) do 1.º Juízo Criminal de Lisboa — autorizado o exercício de funções, em regime de substituição, como escritvã de direito (escalão 1, índice 510) do mesmo Juízo, no período de 20 a 31 de Dezembro de 2004.

Maria Rosa da Silva Ribeiro, técnica de justiça-adjunta (escalão 6, índice 500) dos Serviços do Ministério Público do Tribunal da Comarca de Leiria — autorizado o exercício de funções, em regime de substituição, como técnica de justiça principal (escalão 1, índice 510) dos mesmos Serviços e Tribunal, no período de 19 a 31 de Dezembro de 2004.

18 de Julho de 2005. — Pela Directora de Serviços, o Chefe de Divisão, *Lourenço Lopes Torres*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria-Geral

Aviso n.º 7160/2005 (2.ª série). — Nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 6.º, do n.º 2 do artigo 8.º e do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por despacho de 3 de Maio de 2005 do secretário-geral, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno

de acesso geral para provimento de um lugar de técnico de informática, grau 3, nível 1, da carreira de técnico de informática do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, constante da Portaria n.º 440/94, de 30 de Junho, nas áreas de infra-estruturas tecnológicas e engenharia de *software*.

1 — Validade do concurso — O concurso visa exclusivamente o provimento do lugar mencionado, caducando com o seu preenchimento.

2 — Legislação aplicável — ao presente concurso aplicam-se os Decretos-Leis n.ºs 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, 204/98, de 11 de Julho, 97/2001, de 26 de Março, e o Código do Procedimento Administrativo.

3 — Local de trabalho — Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, em Lisboa.

4 — Método de selecção — prova de conhecimentos, de acordo com o programa das provas de conhecimentos constantes do despacho conjunto n.º 722/2003, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 170, de 25 de Julho de 2003, avaliação curricular e entrevista profissional de selecção.

Os critérios de apreciação e ponderação das provas de conhecimentos, da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos, nos termos legais.

5 — Classificação final — será adoptada a escala de 0 a 20 valores.

6 — Formalização das candidaturas:

6.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento dirigido à Secretaria-Geral, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo fixado para apresentação das candidaturas, para a Rua de O Século, 51, 3.º, 1200-433 Lisboa.

6.2 — Dos requerimentos deverão constar os seguintes elementos:

- Identificação: nome, estado civil, residência, código postal e telefone;
- Categoria, vínculo e serviço a que pertence;
- Indicação do concurso a que se candidata, mediante referência ao presente aviso de abertura;
- Declaração, sob compromisso de honra, de que possui os requisitos gerais de provimento em funções públicas, como determina o n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

6.3 — Os requerimentos deverão ser acompanhados da seguinte documentação:

- Curriculum profissional detalhado, actualizado, datado e assinado;
- Documentos comprovativos das habilitações literárias e profissionais do candidato;
- Declaração do serviço comprovando a categoria e a natureza do vínculo do candidato, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, as classificações de serviço, na sua expressão quantitativa, sem arredondamento, obtidas no número de anos exigidos como requisito especial de admissão a concurso e, obrigatoriamente, a obtida no último ano;
- Declaração do serviço com descrição detalhada das funções e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo funcionário;
- Declaração do serviço para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 22/98, de 9 de Fevereiro;
- Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes para apreciação do seu mérito, que só serão tidos em consideração pelo júri se devidamente comprovados.

7 — Publicitação das listas — a relação de candidatos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos e nos prazos previstos nos artigos 33.º, 34.º, 38.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

8 — Constituição do júri:

Presidente — Licenciada Paula de Jesus Mira Rebola Vieira, coordenadora técnica da área de informática.

1.º Vogal efectivo — Licenciada Maria do Rosário Santos Silva Galheto Coxilha, chefe de divisão de Recursos Humanos.

2.º Vogal efectivo — Licenciada Paula Cristina Teixeira Gonçalves, directora de serviços de Administração.

1.º Vogal suplente — Licenciada Maria Manuela Ferreira de Oliveira, chefe de divisão do Planeamento e Gestão.

2.º Vogal suplente — Licenciada Maria Leonor Fonseca Madeira, chefe de divisão de Relações Públicas, Documentação e Informação.

A presidente do júri será substituída, nas suas ausências e impedimentos, pela 1.ª vogal efectiva.

Nos termos do disposto no despacho conjunto n.º 373/2000 (2.ª série), de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: «Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

22 de Julho de 2005. — A Secretária-Geral-Adjunta, *Maria Helena Fernandes*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho (extracto) n.º 17 124/2005 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Julho de 2005 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo:

Maria Eugénia de Almeida Santos, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da ex-CCRLVT — nomeada, ao abrigo do n.º 2 do artigo 29.º e dos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na categoria de assessor principal, da carreira técnica superior do mesmo quadro, com efeitos a partir de 10 de Agosto de 2004.

6 de Julho de 2005. — A Directora de Serviços, *Maria Rosa Fradinho*.

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Despacho n.º 17 125/2005 (2.ª série). — Atendendo a que se verifica na presente data a vacatura do lugar de director de serviços da Direcção de Serviços de Planeamento e Informação, do quadro dos Serviços Centrais, desta Direcção-Geral e porque estão reunidos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, designadamente ser funcionário, licenciado e ter mais de seis anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura, detém manifesta experiência e conhecimentos adequados para o exercício do mesmo, o que também é evidenciado pela nota curricular anexa, e porque manifesta também disponibilidade para tal, nomeio, nos termos do disposto nos artigos 20.º, 21.º, n.ºs 3 e 5, e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço, o engenheiro civil assessor principal Sérgio Reis Neves, do mesmo quadro, para o cargo de direcção intermédia do 1.º grau (director de serviços), acima referido, com efeitos a partir de 1 de Julho do corrente ano.

12 de Julho de 2005. — O Director-Geral, *Vasco Martins Costa*.

ANEXO

Nota curricular

1 — Identificação:

Nome Sérgio Reis Neves;
Data de nascimento — 17 de Novembro de 1952;
Naturalidade — Bruxelas, Bélgica;
Lugar do quadro — engenheiro civil assessor principal do quadro dos Serviços Centrais da DGEMN.

2 — Habilitações académicas:

Bacharelato pelo curso de Construção Civil e Minas do ex-Instituto Industrial de Lisboa, concluído em 1974 com a classificação final de 15,2 valores;

Licenciatura em Engenharia Civil, ramo de Estruturas, pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, concluída em 1981 com média final de 14 valores.

3 — Habilitações profissionais:

Cursos de informática: Linguagem BASIC, 1982; DBASE IV, 1991; NOVELL Netware, 1992; programação em Visual Basic, 1998; Microsoft Project 2000, 2003;

Formação em planeamento orçamental: O Euro e a Administração Pública, INA, 1998; O Novo Quadro Comunitário para o Período de 2000-2006, 2000; módulos: Planeamento, Preparação e Execução de Obra, e Controlo de Custos em Obra, do Seminário Ciclo de Gestão das Obras, 2004;